

## A inserção da esfera privada no âmbito da esfera pública: uma análise da gestão do estado do Paraná no período de 2003 a 2010

### Resumo

O objetivo da presente pesquisa é compreender se no Governo Roberto Requião (2003-2010) do Estado do Paraná, o modelo de gestão implementado altera ou mantém os mecanismos de inserção da lógica privada na organização da esfera pública evidenciados no Governo Jaime Lerner (1995-2002). Visando situar essa discussão num contexto mais amplo, abordamos a intervenção dos Organismos Internacionais na Educação e as políticas educacionais no bojo do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, expresso nos processos de reestruturação produtiva, neoliberalismo e transnacionalização. Iniciamos um trabalho de análise de documentos e materiais bibliográficos que nos possibilitaram explicitar que, se por um lado a administração do governo Jaime Lerner encampou um processo de privatização dos serviços públicos e de mercantilização da esfera pública, por outro Roberto Requião não levantou declaradamente a bandeira da privatização, utilizou-se de um discurso democrático para enfatizar a importância de encampar novos direcionamentos nas suas políticas de governo e essencialmente nas políticas educacionais.

**Palavras-chave:** Público e Privado. Capitalismo. Educação. Estado do Paraná. Gestão

**Vilma dos Santos Militão de Campos**  
Universidade Estadual Do Centro-Oeste  
vilmamilitao@yahoo.com.br

## Introdução

Este artigo expressa algumas considerações acerca da Inserção da esfera privada no âmbito da esfera pública, uma análise da educação do Estado do Paraná no contexto da gestão no período de 2003 a 2010, cujos estudos estão sendo aprofundados, para resultar numa dissertação de mestrado em educação, de modo a contribuir com as discussões e encaminhamentos no que tange às políticas educacionais do Estado. Apresentamos aqui os estudos parciais e considerações possíveis de serem explicitadas nesse estágio em que a pesquisa se encontra.

O objetivo da pesquisa é compreender como os mecanismos de inserção da lógica privada na organização da esfera pública foram alterados e/ ou mantidos no Governo Requião em relação ao Governo Lerner, que o antecedeu, e como esses mecanismos se expressaram na escola pública do Estado do Paraná.

A abordagem aqui apresentada perpassa questões macro para contextualizar e buscar compreender os rumos dados à educação nesse período, evidenciando mecanismos de controle que permeiam a realidade concreta dos sistemas e das instituições de ensino. Assim, abarca uma discussão sobre a intervenção dos Organismos Internacionais na Educação e as políticas educacionais no bojo do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, para então focar a educação nos Governos Lerner e Requião de modo contextualizado.

Apesar de não ser o foco da análise, serão evidenciadas características do modelo de gestão adotado no governo Lerner (1995-2002), que servirão para verificar os elementos de continuidade e/ou de ruptura no governo Requião no período histórico citado, em relação ao seu antecessor.

## A Intervenção dos Organismos Internacionais na Educação

Iniciamos essa discussão, demonstrando de que forma os Organismos Internacionais interferem na Educação brasileira e paranaense, percebendo que as políticas educacionais a nível federal e estadual, que norteiam todo o processo educativo e de funcionamento das instituições de ensino, ao mesmo tempo em que acatam as

orientações dos organismos internacionais, também são resultado de opções políticas dos governos locais. Iremos demonstrar como o governo Lerner (1995-2002) no Estado do Paraná, que ocorre concomitantemente com o governo Fernando Henrique Cardoso em nível federal, implementou as diretrizes do Banco Mundial, e no governo Requião como ocorreu esse processo de continuidade ou de rupturas dos encaminhamentos da sua gestão em relação à educação do Estado.

Para tornar essa análise possível, destacamos que no Brasil, a partir de 1990, o foco voltou-se para as competências e habilidades visando atender a nova ordem mundial no contexto da globalização, secundarizando o conhecimento científico, e a partir daí a educação é concebida sob o ponto de vista técnico e não político e em continuidade a esse processo, muitas são as parcerias firmadas, os programas implantados, com o objetivo de dar conta das exigências do capital impostas neste modelo, acirrando a forte tendência da inserção da esfera privada no âmbito da esfera pública.

A saída encontrada no país para dar conta das mazelas da questão social, gerada no âmago do capitalismo é a promessa de desenvolvimento, ou seja, na busca do desenvolvimento acelerado, o caminho apontado é o aumento da qualificação, o poder de produção e consumo, o que inevitavelmente desemboca na educação. É fato que nesse contexto amplo, até para atender as necessidades do capital, as medidas governamentais adotadas assumem um caráter pragmático, versando sobre a utilidade imediata, que no caso da educação são direcionadas para a formação de um perfil de trabalhador que atenda às exigências do mercado de trabalho e que os sistemas de ensino estejam organizados na mesma lógica de organização do Estado: pelas diretrizes do modelo de gestão empresarial.

Nesse sentido, estão as políticas educacionais que muitas vezes, são estruturadas para atender às necessidades do capital, viabilizando mecanismos para a simples minimização das desigualdades sociais. A partir da década de 80, as intervenções do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio na política macroeconômica se tornaram intensas.

Um dos direcionamentos destas políticas tem sido a implementação de mudanças no padrão de intervenção dos Estados nacionais, o que vem produzindo o desmantelamento das instituições do Estado Nacional, o crescimento da dívida externa e interna dos países, a compressão das atividades econômico-industriais e o empobrecimento regional e social (SILVA, 2002, p. 9).

As críticas a estas políticas apontam seu caráter neoliberal e explicitam sua articulação com os interesses do capital, que se articulam às opções internas dos governos federal e estadual incumbidos de direcionar as políticas públicas, dentre estas as educativas, às demandas dos processos de reestruturação da produção no contexto da globalização econômica.

Essa natureza do Estado brasileiro de permeabilidade às decisões externas, de submissão aos constantes processos de recolonização apresentados sob a forma de modernização, de privatização do público e de legislador das desigualdades e da exclusão social favoreceu a implantação de reformas, de programas e de projetos para a educação pública sujeitos aos interesses da economia. [...] Entre 1985 e 1996, as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário dirigidas à sustentação da política macroeconômica estendiam-se às políticas sociais. No campo educacional, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 e da Emenda Constitucional n. 14/96, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentada pela lei n. 9.424/96; a prioridade no ensino fundamental; a lei n. 9.131/95, que criou o Conselho Nacional de Educação; o decreto-lei n. 2.208/97 e o sistema de avaliação institucional colocam a educação pública no país em consonância com as políticas e estratégias do Banco Mundial. (SILVA, 2002, p. 15)

Há que se convir que conciliar as demandas sociais, especificamente educacionais aos ditames das Instituições Internacionais não tem sido fácil, umas das estratégias constituídas para tal foi a redução dos encargos do Estado, para com a execução e financiamento das ações na área. “Este direcionamento reforça um caráter historicamente definido para estas políticas: assistencialista, populista e compensatória, dirigida aos grupos previamente selecionados e com duração limitada a cada governo” (SILVA, 2002, p. 17).

O sistema capitalista em fase de reorganização, dada nova crise cíclica, busca alternativas de revitalização para a realização dos altos índices de produtividade e

lucratividade. Os princípios liberais são retomados e ganham novos contornos. É recuperado o substrato teórico-ideológico do capital que prega a ideia de que as oportunidades são as mesmas para todas as pessoas e que os casos isolados de ascensão social, tão exaltado pelos veículos midiáticos, ilustram uma “realidade” de que uns aproveitaram as oportunidades enquanto que outros não, justificando assim o estado de pobreza econômica, política e cultural em que a maioria se encontra. Indicamos o caráter ilusório destas assertivas e explicitamos que na ordem capitalista, tudo se torna mercadoria, ou seja, vale o quanto consegue produzir e se não consegue vive em situação marginal, dependendo diretamente dessas políticas:

Esse contexto, favorece a implementação das políticas e estratégias do Banco Mundial, que com profissão de fé nas reformas socioeducacionais, sob o consentimento de parte do Ministério da Educação, propõe medida para a educação básica pública, que na prática são reprodução dos modismos externos, sem o devido discernimento crítico por parte dos gestores nacionais. Nesse sentido, a ausência de um projeto nacional, articulado pelo governo federal, que conceba uma educação básica pública e de qualidade torna-a cada vez mais vulnerável aos projetos externos. Mais que isso, conduz à absorção acrítica de projetos e programas, ao uso inadequado de conceitos e a americanização cultural dos Estados submetidos. (SILVA, 2002, p. 34)

Na educação, mesmo com o alargamento da distância entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, pratica-se a importação de teorias e modelos pedagógicos que não passam de meras experiências isoladas em alguns países, mas que têm sido implementadas pelos governos que se sucedem, que quando muito, alteram aspectos marginais destas orientações. Estas teorias, pautadas nos princípios da descentralização, participação e autonomia das escolas como estratégias de transferência das responsabilidades do Estado para a comunidade educativa estão engrossando os índices do fracasso escolar nas escolas que atendem às comunidades carentes e reforçam a dualidade do sistema de ensino no Brasil.

Nesse sentido, os Estados da América Latina, entre eles o Brasil, se tornam vulneráveis e dependentes submetendo-se às exigências da política macroeconômica dos organismos internacionais como forma de garantir os empréstimos disponibilizados pelas instituições financeiras. Essa vulnerabilidade e dependência se configuram de modo a

endossar o quadro de exclusão social, individualismo exacerbado, pobreza econômica e político-cultural ocasionadas pelos ditames capitalistas.

No Brasil, os últimos governos cederam às determinações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e, presos numa armadilha de empréstimos externos, de juros elevados e de crescimento da dívida externa e da dívida pública interna dos estados foram distanciando-se cada vez mais das demandas internas. Submetidos a prescrições externas, os governos centraram-se na estratégia de desenvolvimento que privilegia a inserção internacional em detrimento da produção científica e tecnológica, da inclusão social e dos investimentos na produção interna, além da redução políticas das conquistas sindicais e trabalhistas e da compressão do peso político nas negociações, condenando-os a sinistros processos de exploração. (SILVA, 2002, p. 37-38)

No interior dessa discussão acerca da intervenção dos organismos internacionais que interferem diretamente nos encaminhamentos das políticas educacionais brasileiras reside um conjunto de variáveis amplamente complexas, pois historicamente a escola pública sempre se fez presente na sociedade capitalista, muitas vezes legitimando suas práticas, e sempre é alvo de muitas discussões, de mudanças nos seus processos organizacionais e educativos o que se configuram indicativos de que para além dos interesses individuais, a lógica interna do capital concebe a escola pública como indispensável para manter o equilíbrio necessário para sua consolidação. Ao mesmo tempo em que o poder do Estado regula, ele também é regulado, culminando numa relação de exploração e exclusão, sem que com isso impossibilite uma margem mínima que viabilize a sobrevivência recíproca entre sociedade e capital. O capitalismo mundial constantemente investe em estratégias para manter a sua lógica interna, visando evitar a derrocada do sistema, entre elas evidenciam-se a globalização, a reestruturação produtiva e a transnacionalização, cujas estratégias se apresentam altamente impactantes quer seja no Estado nacional ou na economia local, cujos processos interferem diretamente nos encaminhamentos das políticas educacionais.

## As políticas educacionais no bojo do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo

As políticas educacionais constituem-se em prescrições constitucionais e institucionais, em ações, diretrizes e atos intencionais do governo com a convicção e intuito de imprimir, de disciplinar e de ordenar os rumos da educação em todo o país. Portanto, as políticas educacionais são resultado dos conflitos e das contradições entre os sujeitos históricos nacionais e os governos federal e estaduais e as instituições financeiras internacionais, a fim de imprimirem a direção desejada e o lugar da educação dentro do modo de produção (SILVA, 2002, p.6).

Historicamente o contexto brasileiro vem sendo alvo de grandes e variadas alterações na organização dos Estados nacionais, especialmente no que diz respeito às políticas sociais, no âmago das quais residem as políticas educacionais. Essas alterações não ocorrem de modo isolado, mas sim num contexto em que o capitalismo busca alternativas de superação das suas crises cíclicas, resultando em alterações provindas dos processos de reestruturação produtiva, bem como da transnacionalização das estruturas de poder e da globalização da economia. Esses processos vêm se desenvolvendo ao longo da história ganhando maior visibilidade especialmente a partir dos anos noventa, período que ficou marcado por profundas mudanças nas políticas educacionais, e, para compreendê-los abordaremos cada um deles de modo a contextualizá-los como inerentes ao sistema capitalista.

A reestruturação produtiva se configurou num processo de concretização do modelo flexível do trabalho da indústria, iniciado no Japão na década de 50, no pós-guerra, como uma consequência da crise taylorista/fordista ocorrida na época. Tal crise ocorrida nas dimensões econômica e social foi determinante para a derrocada desses modelos de produção do sistema capitalista.

Após o seu início no Japão, na década de 50, estendeu-se para a Europa e para os Estados Unidos na década de 70, chegando ao Brasil na década de 90, momento em que o país atravessava um processo de abertura da economia nacional no contexto mundial.

Assim, a produção que até então era marcada pela oferta maior que a procura, pelo trabalho repetitivo e fragmentado e pelo acúmulo de mercadorias que eram produzidas em massa, cedeu lugar à produção caracterizada pela flexibilidade do

trabalho. Passou a ser regulada pela demanda apresentada pelo mercado, sem estoques de acumulação de mercadorias produzidas, visando justamente o processo inverso: que a procura fosse maior que a oferta, para evitar novas crises como ocorreu nos modelos anteriores. Nesse ínterim, o trabalhador passou então a assumir várias funções no âmbito da mesma empresa.

Outro fator importante foi o papel que o avanço tecnológico desempenhou na reestruturação produtiva, uma vez que só através dele seria possível o trabalhador assumir várias funções, tornando-se mais flexível para atender as exigências desse novo mercado.

Esse processo de reestruturação da produção não flexibilizou apenas o setor produtivo, flexibilizou essencialmente todo o processo do trabalho, e como consequência elevou drasticamente o número de desempregados e de empregados temporários contratados apenas nos períodos de maior produção, sendo posteriormente demitidos. Tal situação flexibilizou também os direitos trabalhistas, que deram lugar a contratos precários de trabalho e desemprego estrutural, reduzindo o ganho financeiro dos trabalhadores e contribuindo para as *terceirizações* da economia, uma vez que com a minimização de geração de empregos do setor primário, o campo, e do setor secundário da economia, a indústria, restou à maioria dos trabalhadores o setor terciário, o comércio e a prestação de serviços, assumido no Brasil, por exemplo, com as multinacionais.

Atualmente, a reestruturação produtiva impera no mundo inteiro, e sua legitimação foi determinante na construção da hegemonia neoliberal do sistema capitalista. No campo educacional, ela não só é sentida, como muitos dos direcionamentos das políticas educacionais são realizados de modo a atender às novas exigências do setor econômico. À escola é posta a necessidade de trabalhar com o conhecimento científico de modo a formar pessoas flexíveis, criativas, que saibam dialogar com as novas exigências do mercado. E essas premissas são centrais na elaboração e na implementação das políticas educacionais.

Sob esse cenário, o neoliberalismo surge com força total, como uma receita em que os ingredientes principais são as relações de mercado enquanto responsáveis pela

regulação social, desresponsabilizando o Estado das suas atribuições. E as políticas sociais, entre elas a educação, se constituem na via principal de atuação do neoliberalismo nesse caminho, o que representa um grande desafio para a gestão da educação pública, especialmente a partir dos anos noventa.

Frequentemente o fenômeno da globalização é associado apenas à fase atual do sistema capitalista, entretanto ao fazer uma análise mais aprofundada, percebemos que faz parte da constituição da lógica interna do capital. “A globalização da economia decorre do processo de internacionalização do capital que se desenvolve desde o início do capitalismo” (BRUNO, 2009, p. 16).

Não se trata de um fenômeno contemporâneo, contemporâneos são os seus desdobramentos que se expressam de modo a promover um processo profundo de reorganização do capital. “Foi a partir da Segunda Guerra Mundial, com a maior integração entre os processos econômicos particulares e com a expansão das empresas multinacionais, que a internacionalização do capital acelerou-se” (BRUNO, 2009, p. 16).

Nitidamente, os tentáculos invisíveis da globalização rompem as barreiras não apenas da territorialidade, mas no uso das tecnologias, na formação de setores econômicos, na multinacionalização da produção, na redução da governabilidade ou controle dos Estados nacionais sobre as suas economias e no uso da mídia rigorosamente internacionalizada, entre outros elementos que indicam a hegemonia da ideologia neoliberal.

Como citamos anteriormente, as multinacionais exercem forte influência sobre esses processos, dando lugar à transnacionalização que surge como estratégia de manutenção do sistema capitalista.

Uma organização transnacional não inter-relaciona nações. Enquanto as organizações internacionais corporificam o princípio da nacionalidade, as organizações transnacionais o ignoram e o ultrapassam. Neste sentido, o surgimento de organizações transnacionais no cenário mundial envolve um padrão de divisões e cortes transversais e de associações inteiramente novos. Por isso, penso ser mais exato na atualidade trabalharmos com o termo transnacional para designarmos as grandes empresas até recentemente denominadas multinacionais, assim como os

novos centros de poder político, que hoje se desenvolvem (BRUNO, 2009, p. 18-19).

Para a autora, a transnacionalização se configura num estágio superior da internacionalização do capital e está estreitamente ligada à globalização. Essas empresas se organizam em rede e na sua posição de credoras exercem poder de controle sobre os governos que eventualmente possam expressar contrariedade à suas interferências, desenvolvendo estratégias próprias independente de quem seja eleito, quer seja nos países que comportam as suas filiais ou as suas sedes.

A transnacionalização, portanto, acaba por reduzir drasticamente a capacidade interna dos países, especialmente de terceiro mundo, de estabelecerem o controle sobre as suas economias, tornando-se cada vez mais reféns das decisões externas e acirrando as desigualdades sociais e o agravamento da questão social como um todo. Sob esse cenário, os Organismos Internacionais, originados no pós- guerra, também entram em crise e os poucos que ainda conseguem sobreviver, a título de exemplo o Banco Mundial e o FMI, gastam as suas energias em longas discussões, enquanto essas empresas dominam com maestria a esfera econômica dos países. Nesse jogo de poder, negociam primordialmente com as empresas transnacionais e não mais apenas com os governos como ocorria anteriormente. “Aos Estados Nacionais, resta disputarem entre si os investimentos das grandes empresas, esforçando-se para lhes oferecer o maior número possível de benefícios, numa posição inteiramente subordinada” (BRUNO, 2009, p. 22).

A autora em questão aponta que essa nova estrutura de poder, embora informal, por não estar juridicamente estabelecida, ocupa o papel central que até então era ocupada pelo Estado. E como estratégia, esse centro de poder invisível fica oculto enquanto se fortalece drasticamente. O Estado era, até então, o local onde as decisões eram tomadas. “Hoje as grandes decisões são tomadas fora das suas estruturas formais [...]. E o Estado nacional só é acionado a posteriori para operacionalizar e para implementar estas decisões e legitimá-las do ponto de vista jurídico” (BRUNO, 2009, p. 24). A mídia, como poderoso aparelho do Estado, preserva a ideologia de que a esfera

política é constituída apenas pelos três poderes, favorecendo a hegemonia das grandes empresas.

Nesse ínterim:

Como os mecanismos de poder desta nova estrutura são relativamente invisíveis e as hierarquias perdem a forma piramidal e monocrática de antes, a aparência por ela assumida é de uma democracia participativa. A idéia de participação perpassa as novas formas de controle social tanto dentro quanto fora dos locais de trabalho (BRUNO, 2009, p. 27).

Sob esse contexto macro, alcançamos o ponto crucial deste artigo: uma análise da gestão escolar do Estado do Paraná no período de 2003 a 2010. E, para poder analisar as continuidades e rupturas, necessariamente abordaremos primeiramente a Gestão Lerner, que muitos estudos já a definiram como uma *gestão compartilhada*, evidenciando em seguida os primeiros ensaios sobre qual modelo de gestão foi encampado por Requião no seu período de governo.

### A Educação no Estado do Paraná no Governo Lerner (1995-2002)

Na sua primeira gestão, que ocorreu entre 1995 e 1998, o governador Jaime Lerner foi eleito Governador do Paraná, pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, sendo que após a sua posse filiou-se ao Partido da Frente Liberal – PFL.

A sua reeleição se concretizou, permanecendo como Governador do Estado no período de 1999 a 2002.

Ao realizar uma análise sobre esse período de gestão paranaense, é possível perceber uma significativa expansão nas relações com os organismos internacionais, especialmente manifestados, no âmbito educacional, por meio do Projeto Qualidade no Ensino - PQE<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O PQE - Projeto Qualidade do Ensino teve o seu início no ano de 1994, cuja estrutura se compôs de 16 Programas e 41 subprojetos, contemplando os seguintes componentes: 1- materiais pedagógicos; 2- capacitação de recursos humanos; 3- rede física; 4- desenvolvimento institucional e 5- estudo, pesquisa e avaliação.

O PQE teve o seu início no ano de 1994, e na sequência vai ao encontro da reforma do aparelho do Estado brasileiro (1995), pautada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, cujo objetivo central se configura em articular mudanças estruturais, institucionais e administrativas no sistema burocrático do Estado. O Plano Diretor justifica a necessidade dessa reforma embasada no diagnóstico de que “nas últimas décadas, o aparelho do Estado concentra e centraliza funções, e se caracteriza pela rigidez dos procedimentos e pelo excesso de normas e regulamentos” (BRASIL, 1995, p. 11), e que por isso se mostrou ineficiente.

Nesta nova perspectiva, “busca-se o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado, particularmente no nível federal, e a progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal” (BRASIL, 1995, p. 13). Ou seja, evidencia-se a transição da suposta administração pública permeada pela burocracia, rigidez e ineficiência para uma administração pública pautada no gerenciamento, flexibilidade e eficiência.

De modo geral, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, afirma-se que “a administração pública deve ser permeável à maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins)” (BRASIL, 1995, p. 16).

Juntamente com a proposição de mudanças estruturais, institucionais e administrativas no sistema burocrático do Estado, ocorre também um redimensionamento no modelo de gestão, cujo enfoque se dá pela via de implementação de projetos que garantem a melhoria da qualidade do ensino e do rendimento escolar, como ocorreu no Paraná com o PQE.

No Estado do Paraná, o PQE vem ao encontro do processo de descentralização, gerenciamento, flexibilidade e eficiência. Nesse período, as políticas de educação incorporadas pela gestão de Jaime Lerner evidenciam as orientações do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Essa gestão foi marcada por um discurso pautado na democracia ficando visível neste período histórico, uma ênfase sobre a descentralização e autonomia nos processos decisórios no que tange à Educação.

Faz-se necessário perceber que nos bastidores dessa ênfase democrática é inerente uma forte tendência de reordenamento do papel do Estado frente às questões educacionais, ao mesmo tempo em que chama para si o controle e a regulação do sistema de ensino, faz uso de mecanismos que subsidiam a transferência das responsabilidades educacionais para a Comunidade Escolar, especialmente via Instâncias Colegiadas<sup>2</sup>.

Além das Instâncias Colegiadas, a centralidade das ações desse período de gestão ocorreu na figura dos diretores, os quais seriam incumbidos de “gerenciar” as Instituições de Ensino sob o prisma da *gestão compartilhada*, o que promoveria o consenso da comunidade escolar na busca por um ensino competitivo, com resultados satisfatórios e baixo custo.

Nesse sentido, ocorre a descentralização de responsabilização pela Educação e não da tomada de decisões, ou seja, o Estado mantém o seu papel regulador e apenas viabiliza e articula mecanismos de transferência de responsabilidades para as próprias Instituições de Ensino, bem como para a Comunidade em que estão inseridas.

Ao realizarmos uma análise desse período, percebemos a ênfase delegada a uma administração embasada numa forte tendência de inserção da esfera privada no espaço da esfera pública:

No que diz respeito à administração da rede, algumas das medidas adotadas pelo governo foram: Terceirização; capacitação em larga escala disseminando conceitos administrativos/gerenciais da iniciativa privada; estabelecimento de mecanismos de ampliação da jornada docente via projetos de ensino complementares; tratamento das Direções Escolares, dos Conselhos Escolares (CEs) e Associações de Pais e Mestres (APMs) como simples extensões da Secretária de Estado da Educação (SEED) no

---

<sup>2</sup> As Instâncias Colegiadas são grupos organizados dentro das Instituições de Ensino, cujos componentes são representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar (Direção, Equipe Pedagógica, Professores, Agentes Educacionais I e II). O Conselho Escolar, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF e Grêmios Estudantil devem possuir Estatutos próprios e a sua composição é bienal.

interior das escolas; estímulo à competição entre as unidades escolares, como forma de desenvolvimento de um mercado educacional, que inclui mecanismos de repasse das responsabilidades acerca do ônus educativo para as famílias dos alunos (LENARDÃO, 2002, p.2).

Percebe-se que o Governo Jaime Lerner, nos seus oito anos de gestão, foi marcado intensamente por uma tendência de inserção do setor privado no setor público, estabelecendo forte ligação junto aos organismos internacionais, especialmente com o Banco Mundial.

A educação pública vivenciou esse processo crescente de inserção privada encampado pelo enfoque à *gestão compartilhada*, cuja apropriação se herdou das empresas privadas que utilizavam esse termo para ideologicamente promover a adesão dos seus *colaboradores*<sup>3</sup> aos propósitos da empresa. Essa lógica gerencial foi implantada no universo escolar, utilizando-se de mecanismos particulares:

Constata-se nas políticas públicas do Estado do Paraná uma lógica gerencial direcionada para a gestão compartilhada, desde o conteúdo dos cursos para diretores escolares, até a publicação e distribuição de jornais institucionais da Secretaria Estadual direcionados para diretores, presidentes de APMs e professores. Também a revista *Gestão em Rede* configurava-se num veículo de promoção da gestão compartilhada ou gestão participativa. Essa revista é editada pela RENAGESTE (Rede Nacional de Referência em Gestão Educacional) (ALMEIDA, 2004, p.71).

A repercussão desse modelo neoliberal de gestão ocorreu internacionalmente, por meio do Banco Mundial, uma vez que vem ao encontro das necessidades impostas pelo capital alicerçado no modelo neoliberal de desenvolvimento.

Com o término do Governo Lerner, Requião assume a posição e por duas gestões consecutivas, enfatiza que o seu governo busca apresentar uma proposta diferenciada para a educação paranaense minimizando a influência dos organismos internacionais, pautando seus trabalhos na gestão democrática, no referencial teórico crítico e na

---

<sup>3</sup> Colaboradores é a nomenclatura empregada aos funcionários das empresas privadas, cujo cunho ideológico visa fazer com que os trabalhadores se sintam parte da organização e não meramente “empregados”, o que na concepção mercadológica, faz com que “vistam a camisa” da empresa como se fosse sua. Este termo está estritamente ligado à intenção de aumentar a dedicação do trabalhador e consequentemente a sua maior produtividade.

construção de documentos orientadores para a educação do estado construído pelo coletivo dos professores da rede.

### A Educação no Estado do Paraná no Governo Requião (2003-2010)

A primeira gestão de Roberto de Mello e Silva Requião do Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB, como Governador do Estado do Paraná, ocorreu antes de Jaime Lerner, no período de 1991 a 1994. E, as suas segunda e terceira gestões, as quais se configuram o foco de análise dessa pesquisa, realizou-se de 2003 a 2010.

Ao realizar uma análise da orientação política do Governo de Roberto Requião se percebe que se por um lado Jaime Lerner encampou esse processo de privatização dos serviços públicos, por outro Requião não levantou declaradamente a bandeira da privatização, implementa uma política educativa direcionada por educadores das Universidades Públicas do Estado, que assumem as diretorias da Secretaria Estadual de Educação, e que no âmbito curricular elabora uma proposta identificada com as teorias críticas, resultando nas Diretrizes Curriculares Estaduais do Estado do Paraná, divergindo do resto do país que predominantemente norteia a sua prática educativa pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, criados na década de 90.

Assim, no que tange à educação, essa gestão foi marcada pela defesa da busca do fortalecimento do Currículo Escolar via construção das Diretrizes Curriculares, pela ênfase na autonomia das Escolas por meio da Construção dos Projetos Políticos Pedagógicos, pelo Projeto de Formação de Professores e reconhecimento do Funcionário de Escola como Educador articulado ao Plano de Carreira dos trabalhadores em educação, pela realização de convênios com as Universidades Públicas em detrimento das parcerias com instituições privadas, Reestruturação das Matrizes Curriculares, maior participação das Instâncias Colegiadas nos processos decisórios e a realização de avaliações internas como forma de diagnóstico para viabilizar ações efetivas para a resolução de problemas, entre outras promessas para a sua gestão.

Não há dúvidas que houve avanços nos encaminhamentos referentes às políticas educacionais na gestão de Requião se comparar com a gestão de Jaime Lerner,

especialmente a partir da alteração da Constituição do Estado do Paraná ocorrida em 2006, cuja vigência se deu a partir de 2007, que obriga o Estado a investir no mínimo 30% dos recursos do Estado para a educação.

Outro ponto chave da sua gestão em relação à educação foi que com os convênios firmados com as universidades públicas do Estado, foi possível formar uma equipe de professores e profissionais da educação que possuíam amplo conhecimento na área da educação, cujos direcionamentos desde os encaminhamentos pedagógicos até os administrativos eram pautados num rico arcabouço teórico e sempre com ações contínuas e sistematizadas.

Certamente esses elementos de ruptura citados e outros que ainda serão elencados nos apontamentos posteriores, não se deram apenas por “benesse” governamental, mas também em função de lutas, mobilizações, paralisações e pressão social que apontam para as relações de poder estabelecidas na luta de classes, cujos sujeitos possuem interesses antagônicos.

### Considerações finais

A partir dos estudos já realizados, percebemos que quantitativamente falando, existem mais elementos de ruptura que elementos de continuidade na gestão Requião em relação à gestão Lerner. É mister reconhecer que em virtude de muitos dos compromissos efetivados com os organismos internacionais terem sido cumpridos no próprio governo Lerner, encerrando acordos e de modo concomitante desobrigando o Estado do Paraná de cumprir com os ditames dos direcionamentos internacionais, somado ao aumento do orçamento destinado à educação que se deu em grande medida pela pressão exercida pela sociedade civil organizada, como por exemplo a APP Sindicato dos trabalhadores em educação, favoreceram as condições para que os avanços encampados por Requião se concretizassem.

Desse modo, a guisa de conclusões preliminares, podemos definir a *gestão compartilhada* de Lerner como um Governo que pautou a sua política nos princípios neoliberais, trabalhando com um cunho de desresponsabilização do Estado em relação à

oferta da educação pública, gratuita de qualidade, primando pela centralização das decisões e encaminhamentos macro, sob a égide da interferência dos organismos internacionais. E, que o Governo Requião se apresentou menos centralizador, mais aberto ao diálogo, pregando o combate ao neoliberalismo encampado pelo seu antecessor, cujo discurso assumido como o governo dos pobres fez analogia aos princípios da Carta de Puebla para expressar a opção de colocar o Estado a serviço daqueles que mais precisam. É preciso, porém analisar de forma mais aprofundada o discurso, bem como as nuances qualitativas e as implicações que permeiam o movimento interno desses elementos, o que será efetivado a partir do avanço nos estudos bibliográficos, na análise documental desse período histórico e nas entrevistas, que visando ampliar a discussão das categorias de análise da pesquisa serão realizadas com integrantes da Secretaria Estadual de Educação- SEED e integrantes da APP Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Paraná, que frequentemente participam, se impõem e mobilizam a categoria profissional na luta pela definição das políticas educacionais, de modo a se tornar partícipe das tomadas de decisões no contexto educacional paranaense.

Seja no modelo de *gestão compartilhada* assumido por Lerner, ou no modelo de gestão democrática defendido por Requião, que é o objeto do nosso estudo e que ainda se encontra em processo de investigação, é importante perceber que ambos levantavam a bandeira da democracia nos encaminhamentos das suas ações. O cerne da questão, porém, reside no fato de que “as concepções de democracia são armas utilizadas pelas diferentes classes sociais na luta pela concretização dos seus interesses” (SAES, 2006, p.47). E, os entraves que se apresentam na busca desse processo de democratização da escola pública são imensos e variados, o que torna essa luta morosa e burocrática, favorecendo os princípios neoliberais que se apropriaram desse termo “gestão democrática” introduzindo a lógica privada dentro do público, de modo que a escola continua sendo estatal, porém atendendo aos interesses privados. É um mecanismo não visível de inserção da esfera privada no âmbito da esfera pública, que se utiliza da lógica da esfera privada sob o discurso de que é para melhorar a qualidade da educação. Essa

lógica se manifesta por meio de aspectos da gestão que se evidenciam no cotidiano escolar.

Preliminarmente, consideramos que o caráter democrático participativo não se efetivou, nem em uma e nem em outra gestão, considerando que a interferência dos Organismos Internacionais somada aos processos de reestruturação produtiva, globalização e transnacionalização abordados no contexto macro é determinante nos diferentes modelos de gestão. Citamos a título de exemplo, a participação da comunidade escolar na tomada de decisões, que frequentemente é caracterizada por um discurso democrático, descentralizador, porém o que ocorre é que muitas vezes, são poucos momentos de envolvimento da comunidade com a escola, e quando há, se traduzem em comunicação sobre decisões macro já tomadas, sendo colocadas apenas decisões micro, pontuais para que a comunidade escolar se posicione e faça parte da escola, ou seja, embora haja a participação da comunidade escolar nos processos decisórios, esta se limita apenas às situações isoladas, descontextualizadas, de modo enfraquecido, uma vez que as relações de poder estabelecidas entre a classe dominada e a classe dominante são infinitamente desiguais.

Assim apresentamos aqui breves considerações sobre os estudos até aqui realizados, sendo que a pesquisa final evidenciará de forma clara e concisa, outros elementos de continuidade e/ou de ruptura de gestão, e como isso se efetivou a partir da visão da SEED e da APP Sindicato, realizando uma análise da conjuntura de modo a contribuir com o processo educativo e com os direcionamentos das políticas educacionais.

## Referências

ALMEIDA, José Luciano Ferreira. Concepções de Gestão Escolar e Eleição de Diretores da Escola Pública do Paraná. Curitiba – Paraná, 2004. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná.

LENARDÃO, Edmilson. A Gestão Escolar no Paraná durante o Governo Jaime Lerner (1995-2002). UEL: Paraná, 2006.

LOMBARDI, José Claudinei. Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

BRASIL, Presidência da República do. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Democracia Representativa e Democracia Participativa. In: DEITOS, Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria (org). Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

SILVA, Maria Abádia da. Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.